



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 104/XIV/ 2.ª SL

Aos 10 dias do mês de março de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Aprovação da ata n.º 102;**
2. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 1007/XIV/2.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo que assegure aos sujeitos passivos/progenitores os meios de acesso à área reservada no Portal das Finanças dos respectivos dependentes em situação de guarda alternada, por forma a permitir a sua inclusão nas declarações de IRS de ambos para efeitos de imputação de rendimentos e de deduções”;**
3. **Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)”;** Autor: Deputada Vera Braz (PS)
4. **Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 683/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Procede à revogação do big brother fiscal revogando o Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto”;** Autor: Deputado Duarte Alves (PCP)
5. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP BE para audição urgente do Governador do Banco de Portugal relativamente à evolução e vencimento das moratórias bancárias;**
6. **Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 717/XIV/2.ª (PCP) – “Estabelece a prorrogação e alargamento das moratórias bancárias”;**
Cabe ao DURP IL
7. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 175/XIV/2.ª – “Pagamento de impostos - todos iguais”;**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 104/XIV/ 2.ª SL

8. Outros assuntos.

1. Aprovação da ata n.º 102;

A ata foi aprovada por unanimidade, na ausência do BE, PCP, PAN, IL e CH.

2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1007/XIV/2.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo que assegure aos sujeitos passivos/progenitores os meios de acesso à área reservada no Portal das Finanças dos respectivos dependentes em situação de guarda alternada, por forma a permitir a sua inclusão nas declarações de IRS de ambos para efeitos de imputação de rendimentos e de deduções”;

O Senhor Deputado André Silva (PAN) apresentou, por videoconferencia, os fundamentos para apresentação deste projeto de resolução (PJR) salientado que o mesmo pretende que ambos os pais tenham meios de acesso à área reservada do Portal das Finanças, dos respectivos dependentes em situação de guarda alternada, de modo a permitir a sua inclusão nas declarações de IRS de ambos, para efeitos de imputação de rendimentos e de deduções. Referiu que apesar da clareza da lei, que desde 2017 prevê essa possibilidade, muito cedo se percebeu que a sua aplicação dependia do “bom senso” dos pais.

Ciente deste problema, o parlamento aprovou, no âmbito do Orçamento do Estado de 2019 (OE 2019) uma norma que alterou o n.º 11 do artigo 13.º do Código do IRS, para incluir tal previsão, nos termos a definir pelo Governo. Todavia, disse, volvidos quatro anos, o problema subiste. Referiu ainda que, apesar de ter sido questionado pelo PAN sobre esta matéria, o Governo continua a “refugiar-se em formalismos” para não cumprir a lei. Pretende o PAN que se ponha fim ao que disse ser uma injustiça fiscal que penaliza milhares de pais com guarda alternada. Concluiu afirmando que o PAN pretende que a Assembleia da República (AR), sinalize, ainda que simbolicamente, este problema, esperando que o Governo não ignore a vontade expressa do Parlamento.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 104/XIV/ 2.ª SL

Seguidamente, o Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) anunciou que o seu grupo parlamentar (GP) acompanharia a iniciativa porque o PSD também quer ver resolvida esta questão. Sustentou ainda que nenhum formalismo ou dificuldade técnica do Portal justifica uma tal situação, mesmo admitindo a impossibilidade de a alterar no âmbito da declaração de rendimentos de 2020. Finalizou saudando a iniciativa, indicando ainda que o PSD se associaria a este gesto simbólico de promover o cumprimento, por parte do Governo, de um disposto legal.

Prosseguiu o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) que afirmou não ignorar a importância da questão em apreço. Tanto assim é, disse, que o seu GP votou favoravelmente a alteração à proposta de lei do OE 2019, de uma norma que até já estava inscrita no texto da iniciativa. Não se opondo ao PJR, sustentou, ainda assim, que estes “formalismos” carecem de adequada regulamentação porque há dificuldades de operacionalização e desafios tecnológicos a considerar. Afirmou que, não havendo, da parte do Governo, intenção de protelar a resolução deste problema, a complexidade técnica associada a alterações nas bases de dados e no Portal das Finanças, sem comprometer a salvaguarda e proteção de dados pessoais, dificultam esta tarefa. No mais, disse, estão de acordo com a iniciativa.

Por fim, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) salientou que o tema não é novo e que a solução para este problema já tinha sido legalmente consagrada há anos. Na sua opinião, teria sido possível resolvê-lo desde que a Autoridade Tributária (AT) não persistisse “teimosamente, em não fazer o que deve”, alertando ainda para o que apelidou ser um comportamento de sistemático desrespeito da AT face ao que é aprovado no parlamento. Registou o seu protesto lamentando que seja necessário aprovar um PJR para que se cumpra uma lei da AR.

3. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)”;

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) apresentou o parecer de que é autora, agradecendo aos serviços a sua elaboração, tendo depois o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) cumprimentado a Deputada relatora.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 104/XIV/ 2.^a SL

Submetido a votação foi o parecer aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, CH e IL.

4. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 683/XIV/2.^a (CDS-PP) – “Procede à revogação do big brother fiscal revogando o Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto”;

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) apresentou o parecer, agradecendo também aos serviços a sua elaboração, posto o que a Senhora Deputada Vera Braz cumprimentou o Deputado relator.

Submetido a votação foi o parecer aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, CH e IL.

5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP BE para audição urgente do Governador do Banco de Portugal relativamente à evolução e vencimento das moratórias bancárias;

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o requerimento e os fundamentos que sustentam o pedido de audição urgente.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) referiu que o objeto do requerimento corresponde a uma preocupação transversal da sociedade portuguesa e que pode vir a gerar problemas complexos ao sistema financeiro. Defendeu a necessidade de se assumir uma atitude preventiva de modo a mitigar os riscos, em face dos interesses do sistema financeiro e das famílias.

Concluiu informando que o PS daria a sua anuência a este requerimento.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) informou que o PSD acompanha as preocupações e os propósitos expressos neste requerimento bem como a oportunidade do agendamento desta audição, sem prejuízo de, na sequência da mesma, vir a requerer outras audições que venham a revelar-se necessárias.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) anunciou que o CDS-PP votaria a favor, assinalando que algumas moratórias vencem já a 31 de março. Salientou a particular severidade deste confinamento, concluindo que a prorrogação das moratórias



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 104/XIV/ 2.^a SL

é importante para as famílias, para as empresas e para os bancos, para evitar o crédito malparado. Expressou, porém, a sua preocupação com a possibilidade de as instituições europeias poderem vir a não aceitar o adequado tratamento contabilístico das mesmas, obrigando ao registo de perdas, com consequências negativas para a banca.

Referiu, por outro lado, que as moratórias apenas adiam o problema mas não o resolvem, alertando ainda para o volume das moratórias bancárias, que, de acordo com os dados fornecidos pelo Governo, é já expressivo.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, CH e IL.

6. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 717/XIV/2.^a (PCP) – “Estabelece a prorrogação e alargamento das moratórias bancárias”;

O Senhor Presidente anunciou que, cabendo a realização deste parecer à IL, seria atribuído, não havendo objeção, ao Senhor Deputado único João Cotrim de Figueiredo.

7. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 175/XIV/2.^a – “Pagamento de impostos - todos iguais”;

O Senhor Presidente sintetizou as conclusões que constam da nota de admissibilidade, posto o que foi unanimemente admitida, sem nomeação de relator, na ausência do BE, PAN, CH e IL.

8. Outros assuntos.

Relativamente à reunião bilateral com a Subcomissão FISC do Parlamento Europeu, agendada para dia 17 de março, às 09h00, o Senhor Presidente reiterou o pedido aos GP, que ainda não o tivessem feito, para que indicassem os Deputados que pretendiam intervir, sinalizando também os que interviriam *online*.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 104/XIV/ 2.^a SL

Foi clarificado que a grelha a adotar na próxima audição com o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, agendada para o mesmo dia, seria a mais reduzida, de 3 minutos.

A reunião foi encerrada às 15:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 março 2021.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 104/XIV/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)
Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hortense Martins (PS)
Miguel Matos (PS)
Nuno Sá (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Duarte Alves (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
André Silva (PAN)
André Ventura (CH)
Jamila Madeira (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Alexandre Poço (PSD)
José Silvano (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco (PSD)
Ricardo Vicente (BE)
João Cotrim De Figueiredo (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva (PSD)